



UMA CAPITAL QUE SE QUERIA CIVILIZADA: OS DIVERTIMENTOS

PAULISTANOS ENTRE 1828 e 1867*

FLÁVIA DA CRUZ SANTOS*

Essa comunicação é um recorte da pesquisa de doutorado “Uma história do conceito de divertimento na cidade de São Paulo (1828-1867)”. O foco aqui é a construção de uma nova sensibilidade e de novos valores morais em torno dos divertimentos, que estava em curso na cidade de São Paulo entre 1828 e 1867. Tal mudança de sensibilidade e de valores morais teve como base as sociedades europeias tidas como civilizadas. A moral dessas sociedades adentrava São Paulo levando seus habitantes a questionarem seus hábitos, sua cultura. Enquanto alguns divertimentos passaram a ser tidos como inapropriados ou inadequados a uma cidade que se queria civilizada, outros passaram a ser prescritos como símbolo de civilidade.

Os divertimentos estavam, assim, em disputa por projetos de cidade, e eles assumiam funções, papéis de acordo com esses projetos. Essas disputas pelos divertimentos e as funções a eles atribuídas estavam presentes nos periódicos da chamada grande imprensa paulistana. Essas foram as fontes que juntamente com relatos de viajantes que estiveram na cidade no período em tela, permitiram captar a construção de um projeto de civilidade na cidade, e o papel dos divertimentos nesse projeto.

A moral daqueles tempos

Em uma São Paulo que já havia incorporado a europeização, o refinamento, os códigos de urbanidade, e a educação cavalheiresca como valores (MORSE, 1970: 120), o incógnito A. L. pediu o fim do jogo d'água durante o entrudo em matéria que escreveu para o Correio Paulistano de 22 de janeiro de 1856:

Seria pois uma tirania proibir-se toda e qualquer distração que o povo desejasse nos únicos dias em que se acorda. O que anhelamos¹ é ver extinto esse uso mal fadado do jogo d'água, cujos resultados calamitosos estão ao alcance de todos, mas que todos olvidam nessas estações de loucura.

* Pesquisa financiada pela Capes.

* Doutoranda do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais.

¹ Do espanhol, anhelar significa almejar, ansiar.

(...)

Mas é tempo de extinguir-se tal costume. Em todos os países civilizados, há muito tempo que as mascaradas, as cavalgadas, as danças, cantorias, flores, e confeitos tem sido os variados meios de que se têm servido para dizerem o último adeus aos dias gordos.

Tal jogo era uma brincadeira em que as pessoas atiravam, umas nas outras, frutas feitas de cera cheias de água perfumada e que era, para o autor da matéria, um “estólido e funesto divertimento” que já havia sido substituído na corte pelas mascaradas, aos moldes do que acontecia nos países civilizados. Ele recomenda à polícia, no entanto, que “não se deve também opor a outro modo de “recreação”, qualquer que ela seja”, pois isso só exasperaria a população. Deste modo, o autor não era contra todo e qualquer divertimento no carnaval, mas apenas, especificamente, contra o jogo d’água, que, segundo ele, trazia más consequências e não era adequado “à idade em que vivemos” e à uma cidade civilizada. Mas ele não diz que más consequências eram essas, trazidas pelo jogo d’água. E continua:

Porque nossos jovens patricios, requisitando uma força policial, que os defenda da injúria e das águas, não percorreram as ruas de nossa capital trajando a fantasia e servindo-se de pequeninos ramalhetes de flores, em vez de reprovados limões?

O divertimento será dessa maneira menos prejudicial, e até mais poético; a batalha dar-se-á frente a frente, e a reciprocidade de flores conservará lembranças mais agradáveis, do que as consequências desastrosas que formam o séquito do entrudo português.

Solícitos em procurar o bem de nossa terra, oferecemos essas linhas aos nossos patricios e à polícia. Substitua-se o jogo d’água por qualquer outro divertimento público decente, e nosso apoio será franco.

Há aí uma tentativa de construção de uma nova sensibilidade em torno dos divertimentos. Sensibilidade essa que se incomodava com o jogo d’água, que o considerava bárbaro, e que tinha nas mascaradas, nas trocas de flores um divertimento agradável. É o delineamento de uma nova moral e de uma nova sensibilidade em torno dos divertimentos. O que evidencia que a moral e a sensibilidade não são algo fixo e eterno, elas se delineiam no tempo. E nesse tempo a moral dos países tidos como civilizados adentrava São Paulo, levando seus habitantes a questionarem seus hábitos, sua cultura. Não era necessária nenhuma explicação, bastava dizer que tal hábito era comum num país civilizado, para que ele se tornasse bom e necessário imediatamente.

A Europa era a baliza, era de lá que vinham os padrões de civilidade. Mas não de toda a Europa:

Apenas encontramos em Portugal o costume altamente revoltante de se bombardearem as casas, ferindo-se muitas vezes, matando-se os pobres habitantes com centenas de ovos arremessados pelos pulsos bem conhecidos dos filhos daquele país.

Descendentes dos portugueses não podíamos furtar-nos ao recebimento das usanças a que nos instigavam; mas o caráter brasileiro, menos áspero que o dos nossos colonizadores, apenas contentou-se com limões de cheiro, apesar de todas as ameaças da medicina.

(...)

O uso das mascaradas, hoje admitidas nos países civilizados, remonta à Ásia, aos judeus. Passando à Europa vemo-la nos primeiros séculos da era cristã em Constantinopla. Os carnavais de Roma, Veneza e Paris são bem conhecidos.

Na tentativa de convencer seus leitores e a polícia, a quem intercedia pelo fim do jogo d'água, nosso pretense civilizado A. L. foi buscar “a origem do entrudo” e das mascaradas. E o fato de o entrudo ser uma prática portuguesa, e as mascaradas uma prática de divertimento presente no carnaval de Paris e de Veneza – isso segundo a pesquisa de nosso A. L. –, indicava que o primeiro devia ser substituído pela segunda.

O olhar de um estrangeiro, vindo de um país civilizado, sobre o jogo d'água praticado no carnaval paulistano coincide com o sentimento de inadequação, com a forma civilizada de compreender e sentir tal divertimento demonstrada pelo anônimo autor da matéria do Correio Paulistano. O inglês John Mawe, que esteve em São Paulo entre o final de 1807 e o início de 1808, imbuído de seus valores morais e sensibilidades, assim descreve o carnaval em que ele esteve em São Paulo – provavelmente em 1808:

Costume singular não devo omitir, é o de atirar frutas artificiais, tais como limões e laranjas, feitas de cera, com grande habilidade e cheias de água perfumada. Nos primeiros dias da quaresma, comemorados com grandes festividades, pessoas de ambos os sexos divertem-se jogando, uma sobre as outras, essas bolas; as senhoras, em geral, começam o brinquedo, os cavalheiros revidam com tanta animação, que raramente param antes de trocarem dúzias, e ambas as partes ficam tão molhadas como se tivessem sido pescadas de um rio. Nestes dias de carnaval, os habitantes percorrem as ruas mascarados, e a brincadeira de atirar frutas é praticada por pessoas de todas as idades. Considera-se de grande impropriedade um cavalheiro atira-las sobre outro. (...) O costume (posso garantir) é muito desagradável aos estrangeiros, e não raro provoca brigas, de consequências graves. (MAWE, 1978: 73)

A descrição do visitante inglês, comerciante que veio tentar fazer fortuna no Brasil, evidencia o gosto dos paulistanos por tal brinquedo. A animação das pessoas, a participação de todos, homens e mulheres de todas as idades, evidencia que o jogo d'água não era tido

como inadequado ou impróprio pelos paulistanos na primeira década do século XIX. Já para ele, estrangeiro, vindo de uma outra sociedade, e não de qualquer outra, mas da inglesa, símbolo de refinamento e de educação cavalheiresca, o jogo era desagradável, pois não estava de acordo com sua moral, com sua sensibilidade.

Assim, décadas antes do brasileiro A. L. ter demonstrado, no jornal, seu descontentamento com o jogo d'água e sua inadequação a um país civilizado, um estrangeiro já havia feito a mesma constatação. No entanto, da constatação de John Mawe até a matéria no jornal se passaram quarenta e oito anos, durante os quais o jogo d'água esteve lá, no carnaval paulistano. Isso porque nesse período não havia ainda o mesmo desejo de civilidade que havia em meados do século. A cidade ainda não vivia a mudança de seus valores morais com base nos países europeus civilizados.

Aliado a forças conservadoras e ao governo da província, em 29 de julho de 1863 o Correio Paulistano publicou matéria assinada por “Um velho”, em que alguns dos divertimentos existentes na cidade foram focalizados. O autor realiza uma análise da moralidade desses divertimentos e da adequação dos mesmos:

Divertimentos públicos

A nossa capital acha-se atualmente invadida por uma multidão de divertimentos: Alcazar Lyrico, Companhia equestre e gymnastica, Caçador Paulistano e Teatro.

Tanto divertimento dá lugar a que, cada appetite encontre quitute próprio ao seu paladar, mas em resultado nenhum dos empresários, realiza o que necessita para manter-se, isto é, enchentes, senão repetidas, ao menos intermediárias.

Os que apreciam a arte vão ao teatro, são estes os que atestam melhor gosto, mais rígido e severo pensar, que aprimoram os costumes e dispensam menos dinheiro.

O teatro, quase reunião familiar, exige maneiras urbanas e cavalheirescas – os seus frequentadores, no geral, possuem-nas e por isso – essa bendita instituição floresce sempre, animada pela melhor sociedade dos lugares onde ela se estabelece.

O teatro deve sempre ser o divertimento predileto do povo.

O teatro ilustra, moraliza e instrui; recebe a educação nas obras concebidas pelas inteligências privilegiadas e transmite-as cheias de vida aos seus espectadores. Dá nome ao escritor, celebra o artista, educa e regenera o povo. Eu te saúdo, oh arte sublime! Tu és a única distração, que outorgas aos que te confiam o seu tempo, os frutos benditos do aproveitamento intelectual!

Vejamos agora o que são as companhias equestres: a luta da agilidade e da força, os equilíbrios arriscados, os saltos impossíveis – a desgraça a cada instante em frente do espectador, que sente confranger-se lhe o coração. Consomem-se algumas horas na quase sempre dolorosa expectativa: interrogam-se as consciências em busca da moralidade colhida: tempo perdido, dinheiro inutilizado, e a sensibilidade afetada.

Vejamos ainda o “Alcazar”: a música, parte mais notável deste divertimento, deleita os ouvidos mas não seduz os sentidos: as peças aí exibidas são ligeiras canções; agradam no momento sem deixarem uma recordação.

A prestidigitação, sempre velha, sem um elemento de interesse, serve, quando muito, para dar tratos às imaginações mais fracas, que se extasiam ante o portento das máquinas.

“O Caçador Paulistano”, o que será? Uma rede de imoralidade, onde ostentam a desprezada levandade os já pervertidos, e onde vão perverter-se os que ainda conservam qualquer dose de pundonor: mercado ostensivo da devassidão: vergonha dos que os assistem e origem de males que todos conhecem!

Eis com as verdadeiras cores, o quadro dos divertimentos públicos em S. Paulo!

Que digamos homens sensatos qual deve ser o preferido, e felizmente é, senão o teatro?

Entretanto, como já o dissemos há divergência de paladares e o povo dissemina-se sempre, pelos diferentes divertimentos que se matam mutuamente.

Qual subsistirá a invasão? Qual abandonará o campo em primeiro lugar? Não o avançamos. Mas cremos que o teatro será o Noé que escapará do inevitável cataclismo que se prepara.

Um velho.

Tanto a bibliografia que tem São Paulo como tema (AZEVEDO, 2000; ARAÚJO, 1981; BRUNO, 1954; TOLEDO, 2003), quanto os relatos de viajantes que estiveram na cidade nos três primeiros quartos do século XIX (RUGENDAS, 1972; SAINT-HILAIRE, 1976; MAWE, 1978), afirmam justamente o contrário do que diz a matéria acima, sobre a abundância de divertimentos na cidade. De acordo com essas fontes e com essa bibliografia, os divertimentos eram raros em São Paulo no século XIX. Mas uma ressalva deve aqui ser feita. Os relatos de viajantes dizem respeito à primeira metade do século XIX, e na bibliografia não há nenhum trabalho sobre os divertimentos da cidade, especificamente, nesse período. O que há são trabalhos sobre o cotidiano da cidade, que incluem os divertimentos, e esses trabalhos estão concentrados no quartel final do século XIX e na transição desse século.

Assim, a afirmação com a qual a matéria do Correio Paulistano é iniciada, de que “A nossa capital acha-se atualmente invadida por uma multidão de divertimentos”, é um indício de que tais trabalhos e fontes precisam ser considerados com vagar quando o assunto são os divertimentos da São Paulo do século XIX. É um indício também de que não apenas os divertimentos, mas toda a dinâmica da cidade nesse período precisam ser melhor compreendidos.

A matéria é mais uma prescrição dos divertimentos, que demonstra uma certa moralidade, que indica o que é bom e é feito pelos que são bons, “pela melhor sociedade”, pelos que tem melhor gosto e “mais rígido e severo pensar”, e indica o que é imoral, “origem de males”, que traz como consequência “a sensibilidade afetada”, e que se destina a “imaginações mais fracas” e aos “pervertidos”.

Depois de associar divertimentos bons a pessoas boas, e divertimentos ruins a pessoas também ruins, o autor interroga seus leitores: “Que digamos homens sensatos qual deve ser o preferido, e felizmente é, senão o teatro?” O autor sabe, no entanto, que os gostos, as preferências são variadas, que os paulistanos escolhem os divertimentos que melhor lhes convém, que lhes agrada, e então ele diz: “Entretanto, como já o dissemos há divergência de paladares e o povo dissemina-se sempre, pelos diferentes divertimentos que se matam mutuamente.” Mas ainda assim, ele crê que o teatro é o divertimento que prevalecerá, pois ele é o melhor. “O teatro ilustra, moraliza e instrui; recebe a educação nas obras concebidas pelas inteligências privilegiadas e transmite-as cheias de vida aos seus espectadores.”

É preciso distrair ou educar o povo?: a função dos divertimentos

Num país, onde estão consagrados pelo Pacto Fundamental, todos os princípios republicanos; num país onde a lei é igual para todos, onde estão proscritos todos os privilégios pessoais, onde ninguém nasce melhor que os outros, senão quando a natureza, assim o quer; num país, cujo Pacto Fundamental só necessita de ligeiras alterações para todo ele ficar em perfeita harmonia com as teses (...) consagradas no Tit. 8; num país tal, dizemos, é indispensável que os hábitos, que a moral pública, que os gostos, que até mesmo os brincos e festejos, tenham alguma coisa da majestade e severidade Republicana, é indispensável que tudo quanto é fatuidade, impostura e palavreado xoxo ceda o terreno a adoção prática dos eternos princípios da razão universal.

As palavras acima foram publicadas no Farol Paulistano de 21 de maio de 1831, e escritas por um autor que não se identifica. Esse autor anônimo defende a adoção de hábitos e a construção de gostos que estivessem ligados aos valores republicanos, ainda que num país monárquico, pois segundo ele não seria a mudança de nome da forma de governo, de monarquia para república, então reivindicada no país, que faria dele uma república de fato. Para que isso acontecesse ele diz que seriam necessárias mudanças nos hábitos, no modo de ser dos brasileiros, em sua cultura:

Brasileiros, quereis ser republicanos de fato? Sede, porque é isso muito fácil, e só de vós depende. Sede virtuosos, sede bem livres, bem independentes de caráter; não aduleis o poder; não ligueis valor algum a frioleiras; prezai a justiça, a liberdade, a igualdade; prezai acima de tudo a qualidade de cidadão brasileiro; respeitai-a também nos outros; e desafiái depois a um déspota, ou a muitos déspotas (porque o despotismo pode partir tanto de um, como de muitos,) para que calquem aos pés, se forem capazes, a Nação Brasileira livre e independente. Brasileiros, trabalhemos por desmonarquizar tudo de fato, e não de nome.

Portanto, os hábitos, a moral pública, os gostos, o vocabulário e “até mesmo” as brincadeiras e festejos deviam se adequar a novos princípios, e assim substituir tudo o que fosse insensato e não adequado à moral republicana. O autor evidencia o desejo de formatar ou enquadrar também os divertimentos – que como ele deixa perceber através da expressão “até mesmo”, não eram comumente associados à normatizações – à uma certa moral e uma certa razão. “Até mesmo” as brincadeiras e os festejos, diz o autor, precisavam, de modo “indispensável”, ter alguma coisa da majestade e severidade republicanas. Nem mesmo elas, as brincadeiras e os festejos, podiam escapar à esse novo ordenamento do país.

E o anônimo prossegue:

Os foguetes, as luminárias, as farsas, e mascaradas, servem para divertir a multidão por momentos; servem para desviar o povo do estudo de seus direitos, e de seus verdadeiros interesses; servem para acostuma-lo a ver num trono um altar ocupado por um ídolo a quem deve incensar, ou (o que é mil vezes pior) uma Divindade tremenda prestes a despejar raios sobre aquele que desobedecer ao mínimo aceno seu.

Em 1820, quando já se temia que lavrassem pelo Brasil todo, as ideias liberais, que conseguiriam regenerá-lo, um Bachá mandado para São Paulo pela corte de D. João VI, expressamente para sufocar o nascente espírito de liberdade, explicava desta maneira aos seus amigos o motivo de umas festas muito extemporâneas, de umas cavalcadas e de uns combates de touros, que mandava fazer:

‘É preciso, dizia ele, distrair o povo dessas ideias revolucionárias, e o meio é fazer festas.’ Verdade seja, que apesar das festas proclamou-se a Constituição, fez-se a Independência: mas com a Independência misturou-se a Aclamação, e os bailes, as luminárias, os foguetes, as farsas, e poesias muito servis, encheram meses em todo o Brasil; ninguém se lembrou então, que um ato de beneficência podia ser um festejo. O resultado foi manter-se o espírito de frivolidade, e os mesmos brasileiros tomarem gosto pelas guardas de honra, pelas fitas, pelas chaves, pelas casacas bordadas, e por todas as mais ridículas pavonadas, que tanto contrastam com a modesta juventude do solo americano. O resultado foi, que no fim de dez anos de liberdade a causa da verdadeira civilização pouco avançou; nada de sólido se estudou; quer-se sim república, democracia, federação, mas não se sabe o que estas palavras significam; responde-se a todos os vivas, a todos os morras, tudo por função, tudo por festejo, e das funções e festejos sai-se com disposição para atacar os mais preciosos direitos, as mais sagradas garantias dos cidadãos, para pregar a guerra civil e os massacres;

Assim, segundo esse autor os divertimentos tiravam o foco do que realmente importava e, por isso, serviam aos governantes como forma de distrair o povo de objetivos mais sérios, ligados à construção de um país republicano. Através dos divertimentos se construía gostos e preferências muito frívolos, que em nada contribuía para a construção da república, e imbecilizava a população, que sem saber diferir princípios republicanos de monárquicos, dava vivas e apoiava tudo que lhe fosse colocado. O autor demonstra ter

consciência de que a família real usava os divertimentos como forma de difundir seus símbolos e de atualizar sua importância. Ele alertava para o perigo dos divertimentos que eram usados como uma forma de controle do povo pelo governo. E foi fazendo tal uso dos divertimentos que, segundo ele, quase dez anos após a emancipação política, o país pouco havia avançado. Para que os divertimentos não continuassem a ser usados de tal modo, e deixassem de servir à monarquia, é que eles deviam ser moralizados, a partir de princípios republicanos.

Mas ora, o que queria tal autor ao prescrever que era indispensável adequar as brincadeiras e os festejos à moral republicana? Não seria também usar os divertimentos para alcançar objetivos que ele tinha como caros, a construção de uma nova ordem? Percebe-se aí que o problema não era o uso dos divertimentos para o alcance de objetivos, mas sim que objetivos eram esses. São duas escalas diferentes, senão opostas, de valores em torno dos divertimentos. Uma que os tinha como não importantes para a construção de uma nova ordem, e que por isso mesmo os incentivava; e outra que os tinha como algo importante para a construção de uma nova ordem, tão importante que devia também se adequar às normas dos novos tempos, não ficando às margens das mesmas, e deste modo contribuindo para a fixação dessas normas.

Havia prescrições realizadas por ambas essas formas de compreender e usar os divertimentos, presentes ao longo de todo o período estudado. Cada uma delas indicava o que melhor lhe convinha, prescrevia os divertimentos que deviam ser vividos e os que deviam ser abandonados pelos paulistanos. Alinhado à postura que tinha os divertimentos como importantes para a construção de nova ordem, o Correio Paulistano publicou em 4 de julho de 1854:

É o fato – uma pequena festa que houve no colégio, dirigido pelo Rev. Padre Mamede, na noite de quinta-feira, dia de S. Pedro.

Todos conhecem mui bem como se festeja o dia de certos Santos, protetores dos prazeres e das folias.

Reuniões em chácaras, muito fogo queimado, e as vezes muitas pessoas queimadas, descuidosos no meio do furor da foguetaria, bailes, sortes, ceias, muito rir e folgar, brincos e jogos de toda a sorte – eis em que, as mais das vezes, consiste a santificação desses dias.

Em um colégio, em uma reunião numerosa, composta de meninos e rapazes, esquentados pelos brincos, só vendo o prazer que deles resulta, e nunca o mal que infelizmente quase sempre daí lhes provém, não há por certo meio mais útil, mais cômodo e mais proveitoso por mil lados do que uma pequena representação, um teatrinho em que possam aparecer o talento e a habilidade desses mancebos.

Seria bem escusado abirmos aqui porta para longas considerações sobre a utilidade do teatro e das representações nos colégios, considerações mais escusadas ainda – porque não são novidade para nenhum dos nossos leitores.

Em toda a parte onde se presa a boa educação e a morigeração dos mancebos, e onde se procura o desenvolvimento intelectual, o cultivo da memória, o exercício da declamação, o estudo da eloquência prática, para o trato do mundo e mesmo para as simples conversações, – aí se não despreza essa sorte de divertimento.

A matéria provavelmente é do redator do jornal, que indica a substituição das festas de junho realizadas pelas escolas em comemoração aos dias de santos da igreja católica, como São João e São Pedro, pelo teatro, por ser ele um divertimento “mais útil, mais cômodo e mais proveitoso”. As festas, com suas brincadeiras, fogos e jogos traziam prazer aos alunos da escola, mas traziam também “o mal que infelizmente quase sempre daí provém”. Já o teatro, “Que estímulo para o amor das letras, que estímulo para o progresso e desenvolvimento dos estudos! É inegavelmente uma base bem solida para o futuro esplendor dos oradores, dos escritores, e dos dramaturgos.” “Em toda a parte onde se presa a boa educação (...) aí não se despreza essa sorte de divertimento.”

Conclusão

As práticas de divertimento paulistanas podiam ser consideradas boas e adequadas ou inadequadas e desagradáveis, dependia do olhar e do projeto de mundo de quem as avaliava. Divertimentos que eram úteis a alguns projetos de cidade e de país eram, por isso, indesejáveis a outros. Os divertimentos foram disputados por esses projetos de mundo na cidade de São Paulo, foram entendidos como dimensão importante da constituição da ordem e da dinâmica da cidade por todos eles, de modos diferentes. Se se queria uma cidade e um país republicanos, alguns divertimentos eram adequados enquanto outros eram inadequados; se o projeto era a manutenção da monarquia, o mesmo se aplica; se o projeto era o de uma cidade civilizada, também havia divertimentos que eram apropriados e divertimentos que eram inapropriados. Tudo dependia de onde se queria chegar e do olhar que se tinha sobre os divertimentos.

São Paulo passava por uma mudança de sensibilidade frente aos divertimentos, mudança devida à busca pela civilização. Essa “maravilha” europeia orientava os gostos, e determinava quais divertimentos deviam ser abolidos do cotidiano paulistano e quais deviam dele fazer parte. E nessa disputa entre o inadequado e o civilizado, o teatro era a unanimidade.

Ele era o divertimento supremo, o melhor, o mais útil, o mais civilizado, o que instruía a população. Não havia quem contra ele se colocasse. Pelo contrário, a ele, só elogios.

Fontes

Correio Paulistano, 4 de julho de 1854.

Correio Paulistano, 22 de janeiro de 1856.

Correio Paulistano, 29 de julho de 1863.

O Farol Paulistano, 21 de maio de 1831.

MAWE, John. **Viagens ao interior do Brasil**. Prefácio de Mário Guimarães Ferri. Introdução e notas de Clado Ribeiro Lessa. Tradução de Selena Benevides Viana. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1978.

RUGENDAS, João Maurício. **Viagem pitoresca através do Brasil**. São Paulo: Martins; Editora da USP, 1972.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem à província de São Paulo**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1976.

Referências

ARAÚJO, Vicente de Paula. **Salões, circos e cinemas de São Paulo**. São Paulo: Perspectiva, 1981.

AZEVEDO, Elizabeth. **Um palco sob as arcadas: o teatro dos estudantes de direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, no século XIX**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2000.

BRUNO, Ernani Silva. **História e tradições da cidade de São Paulo: arraial de sertanistas (1554-1828)**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1954.

_____. **História e tradições da cidade de São Paulo: burgo de estudantes (1828-1872)**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1954.

MORSE, Richard. **Formação histórica de São Paulo: de comunidade à metrópole**. São Paulo: Difel, 1970.

SILVA, Edson Santos. **A dramaturgia portuguesa nos palcos paulistanos: 1864 a 1898**. 2008. 304f. Tese (Doutorado em Literatura Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

THALASSA, Ângela. **Correio Paulistano**: o primeiro diário de São Paulo e a cobertura da Semana de Arte Moderna – o jornal que “não ladra, não cacareja e não morde”. 2007. 168f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

TOLEDO, Roberto Pompeu de. **A capital da solidão**: uma história de São Paulo das origens a 1900. Rio de Janeiro: Objetiva.